

# **V CONGRESSO NACIONAL DE ARQUIVOLOGIA**

**ARQUIVOLOGIA E INTERNET:  
CONEXÕES PARA O FUTURO**

**01 a 05 de Outubro 2012 | Salvador-BA**  
Pestana Bahia Hotel

## **TRABALHOS COMPLETOS**

[www.enara.org.br/cna2012](http://www.enara.org.br/cna2012)  
Salvador. A Capital Nacional da Arquivologia em 2012

---

## SUMÁRIO

QUANDO O ACESSÁVEL PODE NÃO SER ACESSÍVEL: UM ESTUDO SOBRE O SISTEMA DE APOIO AO PROCESSO LEGISLATIVO DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DA PARAÍBA (SAPL) À LUZ DA ARQUITETURA DA INFORMAÇÃO, **JOSÉ CANUTO DA SILVA JÚNIOR (e co-autoria de Henrique Elias Cabral França)**

O ACESSO A INFORMAÇÃO AO LONGO DA HISTÓRIA E SUA CONSOLIDAÇÃO LEGAL NO BRASIL: PROPOSTAS DE REFLEXÃO PARA O PROFISSIONAL ARQUIVISTA, **HENRIQUE ELIAS CABRAL FRANÇA (e co-autoria de José Canuto Da Silva Júnior)**

INVESTIGAÇÃO DO USO DO ARQUIVO MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO NORTE: UMA VISÃO ATRAVÉS DOS FUNCIONÁRIOS DAS SECRETARIAS DO MUNICÍPIO, **WENDEL GIBBON DE OLIVEIRA (e co-autoria de Valéria Raquel Bertotti; Angélica C. D. Miranda)**

PRINCÍPIOS CIENTÍFICOS DA CLASSIFICAÇÃO E CONTRIBUIÇÕES AO PLANO DE CLASSIFICAÇÃO DE ATIVIDADES-FIM DAS INSTITUIÇÕES FEDERAIS DE ENSINO SUPERIOR – IFES, **ROSALE DE MATTOS SOUZA (e co-autoria de Andressa Furtado da Silva de Aguiar; Gleice da Silva Branco)**

CURSO DE QUÍMICA INDUSTRIAL/UFRGS TRANSCRIÇÃO E ANÁLISE PALEOGRÁFICA DOS HISTÓRICOS ESCOLARES, **BRUNA ARGENTA MODEL (e co-autoria de Ana Regina Berwanger)**

A INOVAÇÃO E A ARQUIVOLOGIA: CONCEITO E CIÊNCIA PARA A SOCIEDADE, **ELIANDRO DOS SANTOS COSTA (e co-autoria de Maria Inês Tomael, Mayara Talita dos Santos)**

DISCUTINDO A PRESERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO ARQUIVÍSTICO DIGITAL, **LAERTE PEREIRA DA SILVA JÚNIOR (e co-autoria de Thais Helen do Nascimento Santos)**

LABORATÓRIO DE PRÁTICAS ARQUIVÍSTICAS INTEGRADAS: O ESTÁGIO OBRIGATÓRIO DO CURSO DE ARQUIVOLOGIA DA UFPB, **JULIANNE TEIXEIRA E SILVA (e co-autoria de Maria Meriane Vieira Rocha)**

LEVANTAMENTO DA TIPOLOGIA DOCUMENTAL DE UMA COORDENAÇÃO DE CONTABILIDADE E FINANÇAS DE UMA INSTITUIÇÃO FEDERAL DE ENSINO SUPERIOR: ASPECTOS PRELIMINARES PARA UMA GESTÃO ARQUIVÍSTICA, **CLODEMIR DA COSTA NASCIMENTO (e co-autoria de Rosa Zuleide Lima de Brito, Julianne Teixeira e Silva)**

A IMPORTÂNCIA DO ESTÁGIO NÃO-OBRIGATÓRIO PARA A FORMAÇÃO DO PROFISSIONAL ARQUIVISTA, **MARIA MERIANE VIEIRA DA ROCHA (e co-autoria de Julianne Teixeira e Silva)**

O FLUXO DOCUMENTAL DA JUSTIÇA FEDERAL DA PARAÍBA (JFPB): UM RELATO DE EXPERIÊNCIA, **MARCIO BEZERRA DA SILVA (e co-autoria de Wendia Oliveira de Andrade, Rosa Zuleide de Brito)**

FOTOGRAFIAS DO CHCP: POLÍTICAS ARQUIVÍSTICAS PARA A PRESERVAÇÃO E DIFUSÃO DA MEMÓRIA, **MARIA CANDIDA DA SILVEIRA SKREBSKY (e co-autoria de Carlos Blaya Perez)**

ACESSO E USO DA INFORMAÇÃO EM ARQUIVOS SOB A PERSPECTIVA DOS SERVIÇOS DE DIFUSÃO CULTURAL E AÇÕES EDUCATIVAS, **THAIS HELEN DO NASCIMENTO SANTOS (e co-autoria de José Washington de Moraes Medeiros)**

SISTEMA DE GESTÃO INTEGRADO: DESVENDANDO O PROTOCOLO DO IMEQ/PB – INMETRO, **ESMERALDA PORFIRIO DE SALES (e co-autoria de Christian Palmer Ferreira da Silva, João Paulo do Nascimento Soares)**

---

A COORDENAÇÃO DE ARQUIVOS DA UFF: UM PROCESSO ARQUIVÍSTICO DE REVITALIZAÇÃO E MODERNIZAÇÃO., **ROSALE DE MATTOS SOUZA (e co-autoria de Jorge Martins Fagundes, Beatriz Bahia, Igor Garcez, Pablo Souza Vaqueiro)**

FACULDADE DE DIREITO CLOVIS BEVILAQUA: A DESCRIÇÃO ARQUIVÍSTICA ATRAVÉS DO ICA-ATOM, **ANDREA GONÇALVES DOS SANTOS (e co-autoria de Bruna Paim Reis, Daniel Flores)**

A POLÍTICA DE ARRANJO PARA A PRESERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO DOCUMENTAL DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE – FURG, **ANDREA GONÇALVES DOS SANTOS (e co-autoria de Karin Christine Schwarzbald; Tatiane Vedoin Viero)**

A JUSTIÇA FEDERAL DA PARAÍBA (JFPB) E O USO DO SRI TEBAS, **WENDIA OLIVEIRA DE ANDRADE (e co-autor Marcio Bezerra da Silva)**

A TEORIA E A "PRÁXIS" DAS TRÊS IDADES DOCUMENTAIS NA REALIDADE DAS MASSAS DOCUMENTAIS ACUMULADAS NOS ARQUIVOS BRASILEIROS, **KLEANE PÂMELA PEREIRA DOS SANTOS (e co-autoria de Rodrigo Fortes)**

UM RECORTE DA REALIDADE DA PROFISSÃO DO ARQUIVISTA: A ATUAÇÃO DOS ARQUIVISTAS NAS ORGANIZAÇÕES CONTÁBEIS, **STELA LICHTENHELD CRAUS (e co-autoria de Maria Beraldi Passini de Castro)**

CLASSIFICAÇÃO DE DOCUMENTOS EM UNIVERSIDADES: UM ESTUDO DE TRÊS CASOS, **MARIA RAQUEL LISBOA COSTA MARQUES**

A DIFUSÃO E A "PÓS-DIFUSÃO" CULTURAL COMO ESTRATÉGIA DE DISSEMINAÇÃO DOS SERVIÇOS DE ARQUIVO., **SUELLEN BARBOSA GALDINO (e co-autoria de Rodrigo Fortes de Ávila)**

PERSPECTIVAS PARA ELABORAÇÃO DE INSTRUMENTOS DE PESQUISA: CONSTRUÇÃO DO CATÁLOGO PARA O ARQUIVO MUSICAL DA BANDA DE MÚSICA 5 DE AGOSTO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE JOÃO PESSOA-PB, **EGBERTO DA SILVA LIMA (e co-autoria de Manuela E. Maia, Rodrigo Fortes de Ávila)**

LEI DE ACESSO: A EXPERIÊNCIA DA UFRGS, **RITA DE CÁSSIA PORTELA DA SILVA (e co-autoria de Flávia Helena Conrado)**

A INSERÇÃO SOCIAL DO PROFISSIONAL ARQUIVISTA : O CASO DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE LONDRINA (UEL), **LINETE BARTALO (e co-autoria de Ivone Guerreiro Di Chiara; Miguel Luiz Contani)**

O PROCESSO DE QUALIFICAÇÃO TÉCNICA EM GESTÃO DA INFORMAÇÃO ARQUIVÍSTICA NA UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO SEMI-ÁRIDO A PARTIR DA CAPACITAÇÃO DE SERVIDORES, **MARCELA GONÇALVES TEIXEIRA (e co-autoria de Daniel Flores)**

CATÁLOGO SELETIVO DO 1º SEMINÁRIO DE ENSINO EM ARQUIVOLOGIA FURG, **ROSANE APARECIDA DE ANDRADE (e co-autoria de Fabiane Pereira da Silveira, Valéria Raquel Bertotti)**

PALEOGRAFIA NA CONTEMPORANEIDADE E O ENSINO PALEOGRÁFICO FRENTE ÀS NOVAS TECNOLOGIAS, **ENEIDA IZABEL SHIRMER RICHTER (e co-autoria de Rafael Chaves Ferreira)**

POLÍTICAS DE ACCESO A LA INFORMACIÓN Y SU RELACIÓN CON EL CONCEPTO DE CIUDAD-REGIÓN, **MARIA JANNETH ALVAREZ ALVAREZ**

---

GESTÃO DO ACERVO FOTOGRÁFICO DA ASSESSORIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL DA FURG, **ROSANE APARECIDA DE ANDRADE** (e co-autoria de **Luciana Penna dos Santos, Luciana Souza de Brito**)

INFORMAÇÃO E MEMÓRIA: REFLEXÃO DOS CONCEITOS SOB A ÓTICA DA CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, **DANIELLE ALVES DE OLIVEIRA** (e co-autoria de **Thiago Gomes Medeiros**)

ARQUIVOLOGIA E HISTÓRIA: UM DIÁLOGO ESSENCIAL NA FORMAÇÃO ACADÊMICA, **RAFAEL CHAVES FERREIRA** (e co-autoria de **Glauca Vieira Ramos Konrad**)

O ARQUIVISTA E SUA REPRESENTAÇÃO NAS MÍDIAS: A (DES)CONSTRUÇÃO DO PROFISSIONAL, **ALESSANDRO FERREIRA COSTA** (e co-autoria de **Eliane Bezerra Lima**)

CLASSIFICAÇÃO DE DOCUMENTOS DE ARQUIVO: PERSPECTIVAS METODOLÓGICAS E SEUS NOVOS DESAFIOS, **MARIA RAQUEL LISBOA COSTA MARQUES**

A GESTÃO DOCUMENTAL NOS CURSOS DE PÓS-GRADUAÇÃO DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS – UFAM, **ROSINILDA DAMASCENO DOS SANTOS FILHA** (e co-autoria de **Augusto Britto**)

A INFORMAÇÃO ARQUIVÍSTICA COMO SUBSTRATO CULTURAL NA CONSOLIDAÇÃO DA MEMÓRIA COLETIVA., **DANIELLE ALVES DE OLIVEIRA**

A MEMÓRIA E A ARQUIVÍSTICA: RELATO DAS ATIVIDADES DESENVOLVIDAS NO DIRETÓRIO CENTRAL DOS ESTUDANTES DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA – RS, **GEISI GRAZIANE GOULARTE ANTONELLO** (e co-autoria de **Carla Saldanha da Silva, Rosani Beatriz Pivetta da Silva**)

DE GUARDIÃO DE DOCUMENTOS A GESTOR DA INFORMAÇÃO: O ARQUIVISTA EM BUSCA DE SUA IDENTIDADE PROFISSIONAL, **WAGNER RAMOS RIDOLPHI**

AS PRÁTICAS ARQUIVÍSTICAS NO CONTEXTO DO ARQUIVO GERAL DA UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA (UFPB), **INGRID RIQUE DA ESCÓSSIA PEREIRA** (e co-autoria de **Janaina Lima dos Santos, Priscila Zelo Patrício de França, Rosa Zuleide Lima de Brito**)

APLICAÇÃO DA NORMA ISDF NA SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE RESTINGA SÊCA, **SÔNIA ELISABETE CONSTANTE** (e co-autoria de **Daine Regina Segabinazzi Pradebon, Lisieli Rorato Dotto, Débora Flores**)

A REVISÃO CURRICULAR EM CURSOS DE ARQUIVOLOGIA: UM ESTUDO NA UFSM, **SÔNIA ELISABETE CONSTANTE** (e co-autoria de **Emili Lemanski dos Santos, Lisieli Rorato Dotto, Fernanda Kieling Pedrazzi**)

SENSIBILIZAÇÃO DA NECESSIDADE DE PROFISSIONAL ARQUIVISTA PARA GERENCIAMENTO E RECUPERAÇÃO DA INFORMAÇÃO TELEVISIVA, **ANA ISABEL FERREIRA WANDERLEY** (e co-autoria de **Érica Ferreira Rodrigues, Lidiane Carneiro de Sousa, Lidiane da Silva Ferreira**)

PRESERVAÇÃO DE ACERVOS, MARMORIZAÇÃO DE PAPEL E INCLUSÃO SOCIAL, **CRISTINA STROHSCHOEN** (e co-autoria de **Denise Molon Castanho, Luiza Segabinazzi Pacheco**)

DIAGNÓSTICO TÉCNICO E DIRETRIZES PARA REVITALIZAÇÃO DO ARQUIVO DA DIVISÃO DE ARQUIVO MÉDICO E ESTATÍSTICA (DAME) DO HOSPITAL UNIVERSITÁRIO LAURO WANDERLEI – UFPB, **JULIANNE TEIXEIRA E SILVA** (e co-autoria de **Dulce Amélia de Brito Neves**)

---

ASPECTOS GERAIS SOBRE PRESTAÇÃO DE CONTAS: TEMPORALIDADE DE DOCUMENTOS PÚBLICOS DE ARQUIVO VINCULADOS À APROVAÇÃO DE CONTAS, **DOMINGOS DA COSTA RODRIGUES** (e co-autoria de Tânia Maria de Moura Pereira, Eliane Braga de Oliveira, Sérgio P. da Silva Coletto)

A ELABORAÇÃO DO PLANO DE CLASSIFICAÇÃO PARA A SECRETARIA MUNICIPAL DE HABITAÇÃO E DESENVOLVIMENTO URBANO – SMHADU: SUBSÍDIOS PARA A DEFINIÇÃO DE POLÍTICAS DE SISTEMAS DE ARQUIVO E GESTÃO DOCUMENTAL NO MUNICÍPIO DE RIO GRANDE, **GISLAINE PINTO KRAMER** (e co-autoria de Giulia Machado Tavares, Jorge Alberto Soares Cruz, Rita de Cássia Portela da Silva)

O PAPEL DO ARQUIVISTA NO PROCESSO DE DISSEMINAÇÃO DO CONHECIMENTO ARQUIVÍSTICO: A EXPERIÊNCIA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MINAS GERAIS NO TREINAMENTO, CONSCIENTIZAÇÃO E ENSINO DE PRÁTICAS E POLÍTICAS ARQUIVÍSTICAS, **WELDER ANTONIO SILVA** (e co-autoria de Wendell Lopes de Assis)

O NUDOC COMO MEMÓRIA DO CINEMA PARAIBANO, **CAROLINA BARROS MADRUGA** (e co-autoria de Aline Rouse Almeida da Silva)

PRESERVAÇÃO E DIFUSÃO DO ACERVO HISTÓRICO DO CPDOC: DESAFIOS E PERSPECTIVAS, **DANIELE CHAVES AMADO** (e co-autoria de Martina Spohr)

GUIA DA COLEÇÃO “JORNAIS DO BRASIL: O ACERVO DE JORNAIS DO ARQUIVO CENTRAL E HISTÓRICO DA UFV” E INVENTÁRIO DA SÉRIE “JORNAIS DE ESQUERDA”, **EDUARDO LUIZ DOS SANTOS** (e co-autoria de Sara Helena Amaral de Sousa.)

POLÍTICAS DE ACESSO E PRESERVAÇÃO DE COLEÇÕES FOTOGRÁFICAS DE NEGATIVOS DE VIDRO: QUANDO O PATRIMÔNIO É UMA IMAGEM QUE QUEBRA!, **CRISTINA STROHSCHOEN** (e co-autoria de Carlos Blaya Perez)

A DIFUSÃO NO USO DOS DOCUMENTOS ELETRÔNICOS E A FUNÇÃO DO ARQUIVISTA NESSE NOVO CENÁRIO, **KÁTIA SANTIAGO VENTURA** (e co-autoria de Carlos Roberto do Nascimento Cavalcante)

INFORMAÇÃO ESTRATÉGICA EM REDE: A EXPERIÊNCIA NO DESENVOLVIMENTO DE SISTEMA DE GESTÃO DA INFORMAÇÃO DIRECIONADA PARA TOMADA DE DECISÃO EM UMA INSTITUIÇÃO DE ENSINO SUPERIOR, **KÁTIA SANTIAGO VENTURA** (e co-autoria de Carlos Roberto do Nascimento Cavalcante)

RELAÇÕES ENTRE OS REPOSITÓRIOS DIGITAIS E OS PRINCÍPIOS ARQUIVÍSTICOS, **ALEXANDRE FERNAL** (e co-autoria de Fernando Luiz Vechiato)

A PESQUISA E O RESPEITO AO PRINCÍPIO DA PROVENIÊNCIA NA ORGANIZAÇÃO DO ACERVO FOTOGRÁFICO DO MUSEU DE ARQUEOLOGIA E ETNOLOGIA (MAE) DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ (UFPR), **ÂNGELA CAROLINA DE CASTRO SIMÕES** (e co-autoria de Aline Fernanda Lopes)

ORGANIZAÇÃO DO ARQUIVO INTERMEDIÁRIO E PERMANENTE DO ARQUIVO GERAL DA UFBA, **NANCI MOREIRA DOS SANTOS** (e co-autoria de Patrícia Reis)

O “DISCURSO DE/SOBRE” A LEI Nº 12.527 EM DUAS MATERIALIDADES: A LEI E O JORNAL, **FERNANDA KIELING PEDRAZZI**

---

NORMATIVAS PARA DESENVOLVIMENTO DE UM SISTEMA INFORMATIZADO DE GESTÃO ARQUIVÍSTICA DE DOCUMENTOS, **FERNANDO ALVES DA GAMA (e co-autoria de Ivone Gomes de Brito)**

O MARKETING COMO FERRAMENTA DE DIFUSÃO DAS ATIVIDADES ARQUIVÍSTICAS, **FERNANDA MARCELE SANTANA LAGE LINHARES (e co-autoria de Nídia Maria Lienert Lubisco)**

APLICAÇÃO DA ARQUITETURA DA INFORMAÇÃO, DA USABILIDADE E DA ACESSIBILIDADE EM WEB SITES DE ARQUIVOS, **FERNANDO LUIZ VECHIATO (e co-autoria de Vânia Jaqueline Domingues, Ana Maria da Silva Rebelo, Alexandre Fernal)**

UMA INVESTIGAÇÃO SOBRE A DISCIPLINA DE DESCRIÇÃO ARQUIVÍSTICA OFERTADA NOS DIFERENTES CURSOS DE ARQUIVOLOGIA DO BRASIL., **TIELE PADILHA SILVEIRA (e co-autoria de Valéria Raquel Bertotti.)**

O DIAGNÓSTICO DE ARQUIVO COMO INSTRUMENTO METODOLÓGICO DO FAZER ARQUIVÍSTICO: RELATO DA EXPERIÊNCIA DE MONITORIA DE GESTÃO DE DOCUMENTOS II NO CURSO DE ARQUIVOLOGIA DA UEPB, **KETLEN OLIVEIRA ESTEVAM (e co-autoria de Maria José Cordeiro de Lima)**

ARQUIVOLOGIA: NOVAS TECNOLOGIAS E ANTIGOS DESAFIOS, **EVA CRISTINA LEITE DA SILVA (e co-autoria de Graziela Martins de Medeiros, Luciane Paula Vital)**

"METODOLOGIA PARA ANÁLISE, AVALIAÇÃO E REESTRUTURAÇÃO CURRICULAR DE CURSOS DE ARQUIVOLOGIA: A EXPERIÊNCIA DO CURSO DE ARQUIVOLOGIA DA ESCOLA DE CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS" , **LEANDRO RIBEIRO NEGREIROS (e co-autoria de Welder Antônio Silva, Cíntia Aparecida Chagas Arreguy)**

SUBSÍDIOS PARA O ESTUDO DA HISTÓRIA DO DESENVOLVIMENTO DA CIÊNCIA E TECNOLOGIA NO BRASIL E NO MUNDO NO SÉCULO XIX: A ORGANIZAÇÃO E DISPONIBILIZAÇÃO DA COLEÇÃO DE IMPRESSOS DO ACERVO ARQUIVÍSTICO DO OBSERVATÓRIO NACIONAL, **EVERALDO PEREIRA FRADE (e co-autoria de José Benito Yárritu Abellás e Nínive Britez Biçakçi)**

PRESERVAÇÃO E ACESSO: RAZÕES E CAMINHOS DE UM PROCESSO DE DIGITALIZAÇÃO DE ACERVOS ARQUIVÍSTICOS: O CASO DO ARQUIVO DE HISTÓRIA DA CIÊNCIA DO MAST, **JOSÉ BENITO YÁRRITU ABELLÁS (e co-autoria de Everaldo Pereira Frade)**

O ACESSO A INFORMAÇÃO: MEDIDAS DE CONSERVAÇÃO E RESTAURO NO ESTADO DA PARAÍBA, **ISMAEL BATISTA DOS SANTOS SILVA**

A PRODUÇÃO E A CLASSIFICAÇÃO DE DOCUMENTOS NO SOFTWARE DE GESTÃO DOCUMENTAL NUXEO SOB A ÓTICA DA ARQUIVÍSTICA, **SERGIO RENATO LAMPERT (e co-autoria de Daniel Flores)**

OBJETOS VIRTUAIS INTERATIVOS NO ENSINO DE ARQUIVOLOGIA, **LUCIANA OLIVEIRA PENNA DOS SANTOS Luciana Souza de Britto, Rafael Augusto Penna dos Santos**

A SAÚDE NO BRASIL E OS ARQUIVOS MÉDICOS COMO INSTRUMENTO PARA EXERCÍCIO DA CIDADANIA, **RAONE SOMAVILLA**

DISCURSOS DE MEMÓRIA DO ASSOCIATIVISMO ARQUIVÍSTICO BRASILEIRO, **EVELYN GOYANNES DILL ORRICO (e co-autoria de Eliezer Pires da Silva)**

---

O USO DE TECNOLOGIAS PARA MAPEAMENTO DE INFORMAÇÕES ARQUIVÍSTICA, **BRUNO OLIVEIRA DA COSTA (e co-autoria de Elias de Oliveira)**

ARQUIVO DIGITAL ESCOLAR(ARQDESC) ARQUITETURA DE UM SISTEMA INFORMATIZADO PARA O ARQUIVO DA ESCOLA JOSÉ LINS DO RÊGO, **IRANY RODRIGUES BARBOSA (e co-autoria de Josemar Henrique de Melo)**

SISTEMA INTEGRADO DE ACESSO DO ARQUIVO PÚBLICO MINEIRO (SIA-APM): UMA EXPERIÊNCIA DE DIFUSÃO ON LINE, **RENATO PINTO VENANCIO**

A NECESSIDADE DE IMPLANTAÇÃO DE UMA POLÍTICA DE GESTÃO DE DOCUMENTOS NA FACULDADE DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS, **ANA LÚCIA DA SILVA DO CARMO**

ANÁLISE DO MÓDULO ARQUIVO DO SISTEMA PERGAMUM, **ANA PAULA ALVES SOARES**

PRESERVAÇÃO DIGITAL E SEGURANÇA DA INFORMAÇÃO: O USO DA NORMA ISO/IEC 17799 – CÓDIGO DE PRÁTICA PARA GESTÃO DA SEGURANÇA DE INFORMAÇÕES NAS INSTITUIÇÕES DE SALVADOR DURANTE A REALIZAÇÃO DE PRESERVAÇÃO DIGITAL DE DOCUMENTOS ARQUIVÍSTICOS, **RAFAEL BOTELHO DORIA (e co-autoria de Sérgio Franklin Ribeiro da Silva)**

A APLICABILIDADE DO MARKETING NO ARQUIVO, **NELMA CAMÊLO DE ARAUJO (e co-autoria de Ana Paula Barbara)**

ARQUIVISTA: MANEJO DE ARQUIVOS E DE REGISTROS, **ELAYNE ORTOLAN ALTOÉ (e co-autoria de Taiguara Villela)**

O PAPEL DA FUNDAÇÃO DE AMPARO À PESQUISA DO ESTADO DO AMAZONAS (FAPEAM) PARA A ORGANIZAÇÃO E PRESERVAÇÃO DOS ARQUIVOS DOCUMENTAIS NO AMAZONAS, **RODOLFO ALMEIDA DE AZEVEDO (e co-autoria de Francisca Deusa Sena da Costa)**

A ONTOLOGIA DO CUIDADOR: ARTICULAÇÕES ENTRE AS COMPETÊNCIAS DO PROFISSIONAL MÉDICO E DO PROFISSIONAL ARQUIVÍSTICO., **MICHELLE CHAVES DE ARAÚJO (e co-autoria de Esmeralda Porfírio de Sales)**

O ARQUIVO DE LINA BO BARDI: REVISITANDO UMA EXPERIÊNCIA, **JOSÉ FRANCISCO GUELFY CAMPOS**

LEGISLAÇÃO SOBRE DOCUMENTOS DE PROCESSOS JURÍDICOS PARA DIGITALIZAÇÃO., **MARCELO FERNANDES RODRIGUES (e co-autoria de Diana Vilas Boas Souto)**

A CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO SOB O OLHAR DOS ALUNOS DO CURSO DE ARQUIVOLOGIA DA UFPA, **GENOVEVA BATISTA DO NASCIMENTO (e co-autoria de Ismael Batista dos Santos Silva, Katyuscia Sales de Assis)**

APLICABILIDADE DO GERENCIAMENTO ELETRÔNICO DE DOCUMENTOS: UM ESTUDO NA UFPA, **LUCINEIDE NASCIMENTO DE ALMEIDA DIAS (e co-autoria de Dulce Paradello)**

OS ARQUIVOS/REPOSITÓRIOS DIGITAIS COMO AMBIENTES DE LIVRE ACESSO À PRODUÇÃO DOCUMENTAL ACADÊMICA CIENTÍFICA, **GLEISE DA SILVA BRANDÃO (e co-autoria de Keyla Sousa Santos)**

ORGANIZAÇÃO E TRATAMENTO TÉCNICO DO ACERVO FOTOGRÁFICO DO PROJETO CINEMÓRIA – A HISTÓRIA DAS SALAS DE CINEMA DO ESPÍRITO SANTO (1907-2008), **ANDRÉ MALVERDES**

---

---

DOCUMENTAÇÃO AUDIOVISUAL: DESAFIOS E PERSPECTIVAS EM AMBIENTE DE ARQUIVO, **LUIZ ANTONIO SANTANA DA SILVA (e co-autoria de Telma Campanha de Carvalho Madio)**

SUBPROJETO FOTOGRAFIA NA LATA : CRIATIVIDADE COM PINHOLE E MARMORIZAÇÃO, **JANAINA VEDOIN LOPES (e co-autoria de Carlos Blaya Perez, Bruno Stock, Carla Saldanha da Silva, Letícia da Silva Fausto, Tamy Silva)**

DE 1999 A 2012- O PANORAMA DA CONSTRUÇÃO DE WEBSITES EM INSTITUIÇÕES DE ARQUIVO DE ACESSO PÚBLICO NO BRASIL, **LEANDRA NASCIMENTO FONSECA (e co-autoria de Fernanda Maria da Costa)**

A ORGANIZAÇÃO ARQUIVÍSTICA NOS ARQUIVOS PESSOAIS DE ESCRITORES BRASILEIROS: RELATO DO ARQUIVO CLARICE LISPECTOR, **MARCOS ULISSES CAVALHEIRO (e co-autoria de Sonia Maria Troitiño Rodriguez)**

ARQUIVOS UNIVERSITÁRIOS: O PROCESSO DE CONSTRUÇÃO DE POLÍTICAS ARQUIVÍSTICAS E REDES DE COOPERAÇÃO ENTRE AS INSTITUIÇÕES FEDERAIS DE ENSINO SUPERIOR (IFES) DO BRASIL, **RENATO MOTTA RODRIGUES DA SILVA**

DESAFIOS DO PROFISSIONAL ARQUIVISTA: DA ESCOLHA NO VESTIBULAR AO MERCADO DE TRABALHO, **FERNANDA MARIA OLIVEIRA DA COSTA**

O MAPEAMENTO CULTURAL E A GESTÃO DA INFORMAÇÃO NO ESTADO DO PARÁ, **MARIA DO SOCORRO BAIA DOS SANTOS (e co-autoria de Terezinha Maria de Jesus da Conceição Lima)**

A GESTÃO DA INFORMAÇÃO ARQUIVÍSTICA COMO SUPORTE PARA A TOMADA DE DECISÃO POLÍTICA NA ÁREA DE SEGURANÇA PÚBLICA: O COMBATE AO NARCOTRÁFICO NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO (2006-2010), **BRUNO MACEDO NATHANSOHN**

ATORES ACADÊMICOS DA ARQUIVOLOGIA NO BRASIL, **ELIEZER PIRES DA SILVA (e co-autoria de Thais Tavares Martins e Natacha Silva Fonseca)**

O USO DAS TÉCNICAS ARQUIVÍSTICAS PARA O REGISTRO DAS LIÇÕES APRENDIDAS NO GERENCIAMENTO DE PROJETOS, **MILENA DE JESUS MELO**

POLÍTICAS DE PRESERVAÇÃO DIGITAL: ESTUDO DE CASO EM ESCRITÓRIO DE ADVOCACIA DE PORTO ALEGRE/RS, **VERA LÚCIA SANTOS DOS SANTOS**

FOTOGRAFIAS DE ROMEIROS COMO DOCUMENTO DE ARQUIVO, **ARILUCI GOES ELLIOTT (e co-autoria de Telma Campanha de Carvalho Madio)**

A RECUPERAÇÃO DA INFORMAÇÃO SOB A ÓTICA DOS USUÁRIOS: UM ESTUDO DE CASO DO USO DA BASE DE DADOS ACCESSUS, **RENAN MARINHO DE CASTRO**

CORRELAÇÃO ENTRE OS PRINCÍPIOS ARQUIVÍSTICOS E OS ANSEIOS DA HISTORIOGRAFIA NA ORGANIZAÇÃO DOCUMENTAL, **AUGUSTO CÉSAR LUIZ BRITTO**

MIGRAÇÃO DE SUPORTE DE FITAS MAGNÉTICAS DE ÁUDIO CASSETE: UM ESTUDO PRELIMINAR DO TRIBUNAL REGIONAL DA 4ª REGIÃO – TRF4, **MAURO SÉRGIO DA ROSA AMARAL**

A UFSM NO PROJETO RONDON – CAMPUS AVANÇADO DE RORAIMA: DESCRIÇÃO E ACESSO AO PATRIMÔNIO DOCUMENTAL, **CAMILA POERSCHKE RODRIGUES (e co-autoria de Daniel Flores)**

---

ARQUIVOS SETORIAIS: EXPANSÃO DAS POLÍTICAS ARQUIVÍSTICAS NA UFSM, **MAIARA DE ARRUDA NASCIMENTO** (e co-autoria de **Camila Poerschke Rodrigues, Cristina Strohschoen, Débora Flores, Dione Calil Gomes, Franciele Simon Carpes, Livia Rocha Retamoso, Neiva Pavezi, Rita Medianeira Ilha, Rosilaine Zoch Bello**)

ESPAÇOS INFORMACIONAIS VIRTUAIS: A DISPONIBILIZAÇÃO DOS INSTRUMENTOS DE DESCRIÇÃO ARQUIVÍSTICA NA WEB, **MAIARA DE ARRUDA NASCIMENTO**

DOCUMENTAÇÃO SERGIPANA E AS NOVAS TIC'S: IMPACTOS E PRÁTICAS NO CONTEXTO DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE, NO ACERVO DE OBRAS RARAS DA BIBLIOTECA CENTRAL., **JOSEANE OLIVEIRA DA CRUZ** (e co-autoria de **Melânia Lima Santos, Ycaro Swuan Andrade Cor, Izabel Cristina da Silva Santos**)

ELABORAÇÃO DE INSTRUMENTOS DE DESCRIÇÃO ARQUIVÍSTICA NO DEPARTAMENTO DE ARQUIVO GERAL (DAG/UFSM), **CAMILA POERSCHKE RODRIGUES** (e co-autoria de **Dione Calil Gomes, Franciele Simon Carpes, Livia Regina Rocha Retamoso, Maiara de Arruda Nascimento**)

O ACESSO E O SIGILO DOS DOCUMENTOS SEGUNDO A LEGISLAÇÃO ARQUIVÍSTICA BRASILEIRA., **ISAAC NEWTON CESARINO DA NÓBREGA ALVES** (e co-autoria de **André Luiz Dias de França**)

QUANDO UM E-MAIL É UM DOCUMENTO ARQUIVÍSTICO., **ISAAC NEWTON CESARINO DA NÓBREGA ALVES** (e co-autoria de **André Luiz Dias de França**)

O USO E “PÓS-USO” DA INFORMAÇÃO ORGÂNICA ARQUIVÍSTICA, **RODRIGO FORTES DE AVILA**

DESCRIÇÃO ARQUIVÍSTICA DE PROCESSOS JUDICIAIS, **TASSIARA JAQUELINE FANCK KICH**

POLÍTICAS DE GESTÃO DOCUMENTAL NA UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE – FURG: DO SONHO À REALIDADE, **TATIANE VEDOIN VIERO** (e co-autoria de **Andrea Gonçalves dos Santos, Karin Christine Schwarzbald**)

SISTEMA INFORMATIZADO DE GESTÃO ARQUIVÍSTICA DE DOCUMENTOS DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE MINAS GERAIS (SIGED/TJMG) EM FACE DOS REQUISITOS FUNCIONAIS DO E-ARQ BRASIL., **GISELI MILANI SANTIAGO BALBINO** (e co-autoria de **Leandro Ribeiro Negreiros**)

GESTÃO DE DOCUMENTOS NAS UNIDADES DE ARQUIVO E PROTOCOLO DA UNIRIO, **FABIANA DA COSTA FERRAZ PATUELI**

GERÊNCIA DE ARQUIVOS I : UMA RELAÇÃO TEÓRICA SOB A ÓTICA PRESENCIAL E VIRTUAL., **ROSANARA PACHECO URBANETTO** (e co-autoria de **Tatiana Costa Rosa**)

DIMENSÕES METACOGNITIVAS NO PROCESSO DE BUSCA DA INFORMAÇÃO ARQUIVÍSTICA, **DULCE AMELIA DE BRITO NEVES** (e co-autoria de **Dirlene Santos Barros**)

ARQUIVO E ESCOLA: A CONTRIBUIÇÃO DA INTERNET NA DIFUSÃO DAS PRÁTICAS EDUCATIVAS, **PRISCILA RIBEIRO GOMES** (e co-autoria de **Magno Vinícius da Silva Monteiro, Alinne Pereira da Costa**)

LEITURA DOCUMENTÁRIA E ESTUDOS PALEOGRÁFICOS: O OLHAR ARQUIVÍSTICO SOBRE A DOCUMENTAÇÃO MANUSCRITA ANTIGA PARAIBANA DOS ARQUIVOS PÚBLICOS DA CIDADE DE JOÃO PESSOA RELATIVA ÀS ELITES PROVINCIAIS (1824-1840) , **FRANCINETE FERNANDES DE SOUSA** (e co-autoria de **Roberto Jorge Chaves Araújo**)

## **Quando o acessável pode não ser acessível:** Um estudo sobre o Sistema de Apoio ao Processo Legislativo da Assembléia Legislativa do Estado da Paraíba (SAPL) à luz da Arquitetura da Informação

José Canuto Júnior<sup>1</sup>  
canuto.jrr@gmail.com  
Henrique França<sup>2</sup>  
franca.henrique@gmail.com

### **RESUMO**

Com mais de 30 mil matérias legislativas, o Sistema de Apoio ao Processo Legislativo da Assembléia Legislativa do Estado da Paraíba (SAPL) é uma importante ferramenta de transparência pública e de divulgação de informações que interferem diretamente na trajetória da sociedade paraibana. Porém, apesar de totalmente disponível na web, a organização pouco intuitiva e distante da rotina de navegação na Internet pode tornar o conteúdo desse acervo digital subutilizado ou não aproveitado de maneira eficiente até mesmo por profissionais que lidam com a informação em rede. O presente trabalho analisa o grau de acessibilidade apresentado pelo SAPL à luz da Arquitetura da Informação, trazendo reflexões sobre o direito à informação pública e suas implicações legais, ressaltando o uso da Arquitetura da Informação como recurso para a organização da informação e construção do acesso eficaz na web. Para isso foram elaborados questionários online com base nos critérios de MORVILLE e ROSENFELD (2006), KRUG (2008) e NIELSEN (2000), aplicados junto a um público de 42 pesquisados. A observação direta assistemática foi utilizada para completar a coleta de dados e somar à análise final. Os resultados apontam pontos positivos e negativos do Sistema, ao passo em que fortalece a ideia de que nem sempre aquilo que pode ser acessado está em condições ideais de acessibilidade – acessibilidade essa que tem se tornado, cada vez mais, um imperativo legal para a sociedade brasileira.

**Palavras-chave:** Acesso à Informação, Arquitetura da Informação, Arquivos Digitais

### **INTRODUÇÃO**

Acompanhando o desenvolvimento da sociedade, o acesso à informação evoluiu em diversos aspectos. Do ponto de vista da legislação, da tecnologia e do ponto de vista conceitual, passou-se a entender o acesso relacionado não só a um direito, como também a medidas materiais que permitam a sua efetividade. Com o progresso da tecnologia e o crescimento exponencial da internet, problemas organizacionais surgiram. Como cidades que crescem desordenadamente, o conteúdo da internet precisa

<sup>1</sup> Arquivista do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Estado da Paraíba - IFPB

<sup>2</sup> Professor do curso de Arquivologia na Universidade Estadual da Paraíba - UEPB

de intervenções para facilitar o seu fluxo e disponibilização nesse meio. A Arquitetura da Informação traz uma gama de ferramentas para auxiliar o profissional nessa tarefa.

Diante disso, esta pesquisa traz como objetivo a análise do acesso às informações – à luz da Arquitetura da Informação – no Sistema de Apoio ao processo Legislativo da Assembléia Legislativa do Estado da Paraíba (SAPL)<sup>3</sup>. Sistema este que tem como finalidade facilitar o trabalho do parlamentar e possibilitar ao cidadão o acesso online de todas as mais de 30 mil matérias legislativas inseridas no acervo do sistema. O amplo acesso a esses documentos possibilita a participação popular na discussão dessas normas, o que permite a diminuição da assimetria informacional entre os cidadãos e os autores das matérias legislativas.

Entendemos que o arquivista como profissional da informação deve estar sempre capacitado para trabalhar com as TICs<sup>4</sup>, criando medidas para enfrentar o desafio de disponibilizar conteúdos arquivísticos no ciberespaço. Através do uso da Arquitetura da Informação é possível esquematizar a informação simplificando o acesso em meio a tantos dados. Tornando não só o ambiente acessável como também acessível.

## 2 ACESSO À INFORMAÇÃO NA INTERNET

É notável o crescimento de informações na internet. Segundo Lopes (2004, p.2) “as novas tecnologias criaram novas possibilidades de consumo, novas e imensas fortunas pessoais e empresariais, abrindo-se novos mercados”. É possível encontrar desde um cidadão que gerencia seu blog pessoal, empresas que vendem seus produtos *online* e instituições governamentais que disponibilizam informações/dados públicos em seus *sites* e portais<sup>5</sup>. Isso possibilita o acesso sem fronteiras geográficas ou de horário de funcionamento. Com o desenvolvimento tecnológico, “onde a informação se encontra não é o mais importante e sim o acesso à informação” (JARDIM, 2001, p.11).

---

<sup>3</sup> O referido sistema oferece um leque de ferramentas para acompanhamento, em tempo real, do Processo Legislativo pelos parlamentares e pela população. Podendo ser acessado no Endereço: <<http://201.73.83.244:8080/sapl/>>

<sup>4</sup> Tecnologias da Informação e Comunicação.

<sup>5</sup> O professor de *webwriting* Bruno Rodrigues (2005) traz em seu site (<http://webinsider.uol.com.br>), as principais diferenças entre Site e Portal. Segundo ele, o *site* tem como objetivo central organizar a informação em seu espaço, de modo que estruture uma hierarquia onde todo o conteúdo seja entendido e acessado com facilidade. A diferença do *site* para o portal é que este tem 100% do foco no seu público, além de criar conteúdos específicos para eles, os chamados “conteúdos verticais”. No portal, existem ferramentas que constroem um real relacionamento entre quem produz e quem faz uso da informação.

## ESPAÇOS INFORMACIONAIS VIRTUAIS: A DISPONIBILIZAÇÃO DOS INSTRUMENTOS DE DESCRIÇÃO ARQUIVÍSTICA NA WEB

Maiara de Arruda Nascimento<sup>1</sup>

**RESUMO:** Este trabalho tem como foco a disponibilização de instrumentos de descrição arquivística em meio digital. Trata-se de um estudo exploratório, baseado na técnica de levantamento bibliográfico. Publicações acerca do problema de pesquisa foram identificadas e adquiridas, sendo lidas e analisadas criticamente. O trabalho aborda as novas possibilidades de acesso aos arquivos, em meio ao uso das Tecnologias da Informação e Comunicação (TIC's), mais especificamente, os serviços de informação na *web*. Analisa a gênese e as perspectivas da descrição arquivística. Tece o panorama da normalização da descrição. Aborda que a representação de acervos em meio digital é viabilizada pela construção de instrumentos padronizados a partir de normas de descrição e pelo uso de padrões de metadados. Apresenta a Norma Brasileira de Descrição Arquivística (NOBRADE) e o formato de metadados Descrição Arquivística Codificada EAD-DTD como os componentes que poderão ser utilizados, no Brasil, para a disponibilização digital de instrumentos descritivos. Verifica que a publicação na *web* de tais instrumentos se dá pela adoção de *softwares*, como o ICA-AtoM. Constata que a padronização e a codificação digital de instrumentos descritivos permitem a criação e a manutenção de instrumentos com alto grau de qualidade, simultaneamente acessíveis e preserváveis ao longo do tempo, além de possibilitarem uma maior difusão dos arquivos junto à sociedade.

**Palavras-chave:** Representação da Informação Arquivística, Descrição Arquivística, Instrumentos de Descrição Arquivística na web

### 1 INTRODUÇÃO

Com a propagação crescente das ferramentas tecnológicas, existe uma forte tendência de disponibilização dos serviços arquivísticos em espaços virtuais. A princípio, entende-se que a disponibilização *online* destes não acarretará o desaparecimento dos tradicionais serviços oferecidos pelas instituições arquivísticas, mas a possibilidade de dispor de informações orgânicas na “grande teia” que constitui a *web* deve ser cada vez mais considerada pelos profissionais que atuam em arquivos.

---

<sup>1</sup> Arquivista da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM). Especialista em Gestão em Arquivos (UFSM).  
E-mail: maiara.an@gmail.com

A disponibilização das informações arquivísticas em espaços virtuais passa a adquirir significado quando se aponta para a grande visibilidade que os arquivos poderão alcançar. Trata-se, assim, de uma oportunidade singular de atrair, às instituições arquivísticas, um público distinto do habitual, caracterizado principalmente por historiadores e estudantes. Pretende-se, a partir da divulgação das informações orgânicas registradas na *web*, atingir os cidadãos comuns, para que estes percebam o arquivo como componente essencial no desenvolvimento da cidadania, na busca por ações transparentes da esfera pública e na preservação da identidade e da memória cultural.

Esse trabalho, portanto, se justifica, num primeiro momento, por ser uma forma de incentivar os arquivos a utilizarem-se dos ambientes virtuais na divulgação de seus acervos. As possibilidades de uso de tais ambientes são diversificadas, propiciando desde informações gerais sobre a entidade custodiadora e os fundos que constituem o acervo, bem como a disponibilização de serviços, tais como o atendimento via correio eletrônico e a consulta virtual aos documentos custodiados.

Embora exista uma propensão da oferta dos serviços de informação arquivística na *web*, por outro lado, percebe-se que a disponibilização virtual dos produtos da representação de acervos é uma atividade ainda pouco difundida e vivenciada pelos arquivos brasileiros. Lembra-se que a divulgação de tais instrumentos pressupõe o entendimento e aplicação de normas de descrição e das Tecnologias da Informação e Comunicação (TIC's). Dessa forma, esse trabalho também pretende promover, entre os profissionais que atuam em arquivos, um maior conhecimento em relação ao modo como se processa a representação virtual de documentos.

Neste contexto, o propósito deste artigo é investigar os componentes necessários para que as instituições arquivísticas brasileiras disponibilizem, em ambientes digitais, a representação das informações descritivas referentes aos seus acervos. O trabalho se encontra dividido da seguinte forma: na “Introdução”, a pesquisa é contextualizada; na “Metodologia”, apresentam-se os métodos, os procedimentos e as etapas realizadas; segue o capítulo “A virtualização dos serviços de informação arquivística”, que aborda a tendência de disponibilização dos serviços de informação arquivística na *web*; após segue o capítulo “Descrição arquivística: gênese, evolução e novas possibilidades”, cuja finalidade é apontar a criação, o desenvolvimento e as perspectivas da representação da informação em arquivos. Por fim, tem-se a “Conclusão”, que sintetiza os resultados obtidos e apresenta as contribuições do trabalho.

## 2 METODOLOGIA

A presente pesquisa classifica-se como exploratória, visto que sua finalidade primordial foi proporcionar uma maior compreensão em relação ao assunto abordado. Neste sentido, foi utilizada a técnica de levantamento bibliográfico. A característica marcante desse tipo de técnica é colocar o pesquisador a par do que já foi produzido a respeito do tema proposto (TOGNETTI, 2006). Portanto, a leitura de livros, artigos científicos e demais publicações que tratam do objetivo da pesquisa se constituiu no principal meio para coleta de dados. Assim, a NOBRADE e o formato de metadados EAD-DTD foram estudados, por se julgar que estes são alguns dos componentes essenciais para a disponibilização dos instrumentos de referência na *web*.

Quanto às etapas do trabalho, num primeiro momento, foi necessário realizar uma identificação prévia dos materiais relacionados ao tema de estudo. Para isso, foram promovidas buscas junto aos principais periódicos da área, revistas eletrônicas, portais de instituições arquivísticas, anais de congressos e demais eventos científicos na área da Ciência da Informação, além da consulta ao banco de teses e dissertações da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES). Os principais termos utilizados na busca virtual, tendo em vista o problema da pesquisa, foram os seguintes: “representação da informação”, “representação das informações arquivísticas na *web*”, “descrição arquivística”, “normas de descrição arquivística”, “instrumentos de descrição” e “serviços de informação arquivística na *web*”.

Por meio da leitura e análise dos índices e resumos dos materiais identificados, procedeu-se à seleção das publicações consideradas de maior relevância para a pesquisa. A seguir, as publicações adquiridas foram compiladas e classificadas em relação aos assuntos abordados, aos tipos de publicação e sua relevância. A fase seguinte foi destinada à leitura atenta e minuciosa das publicações obtidas. Após, teve início a etapa de análise crítica da bibliografia, cujo objetivo foi o estabelecimento de interpretações das leituras realizadas e a comparação das ideias expostas por diferentes autores.

Por fim, ocorreu a etapa do fichamento, que compreendeu a redação sucinta dos principais conteúdos estudados nas obras, a transcrição na íntegra de citações dos materiais, a elaboração de análises críticas dos conteúdos e as referências bibliográficas completas das publicações.

A seguir, será apresentado o capítulo “A virtualização dos serviços de informação arquivística” em que se discute o papel dos serviços de informação arquivística frente ao emergente panorama tecnológico e dentro da perspectiva das necessidades e anseios da sociedade da informação.

### **3 A VIRTUALIZAÇÃO DOS SERVIÇOS DE INFORMAÇÃO ARQUIVÍSTICA**

Com o advento dos espaços de informação virtuais, instituições como arquivos, bibliotecas e centros de documentação presenciaram o surgimento de uma nova categoria de usuários, os virtuais, ou ainda, usuários remotos, o que alterou significativamente o modo de comunicar os conteúdos informacionais. Sob esta perspectiva, Jardim (1999) aponta que o conceito de “lugar” tornou-se secundário tanto para quem gerencia a informação, quanto para quem desta se utiliza, pois a ênfase na gestão informacional se transferiu do acervo para o acesso, do estoque para o fluxo da informação e dos sistemas para as redes. Isso permitiu que as instituições provedoras da informação adquirissem novas vocações, ao mesmo tempo em que renovaram e superaram funções históricas.

Miranda et al (2000) relata o papel estratégico que essas instituições cumprirão no que se refere à democratização do acesso à informação e ao conhecimento, em face da utilização de ambientes eletrônicos, visto que arquivos, museus, bibliotecas e centros de documentação replicarão na *internet* o melhor da produção cultural, científica e técnica, visando sua preservação para as gerações futuras. O autor observa ainda que o caráter de serviço público e de preservação não é o objetivo primordial da grande maioria dos conteúdos disponíveis na rede, os quais são centrados na veiculação de informações de cunho imediato.

No que concerne ao universo arquivístico, as instituições de arquivos passaram a disponibilizar os seus serviços e produtos por meio de *websites*, constituindo os chamados serviços de informação arquivística na *web*. Conforme Sá (2005), estes espaços visam à ampliação da difusão dos acervos, possibilitando alcançar um público mais amplo e diversificado que o público que tradicionalmente recorre aos arquivos, cabendo aos profissionais da informação a tarefa de estruturar a disseminação das informações; mapear as necessidades dos usuários, o tipo de informação a ser divulgada e os temas mais consultados.

Em consonância com a autora supracitada, estão Negreiros e Vasconcelos (2009) que igualmente discutem essa nova tendência entre as instituições arquivísticas, mais especificamente os arquivos públicos, de dispor de suas informações na *web*. Para os autores, “os *sites* arquivísticos representam o retrato contemporâneo de instituições tradicionais muitas vezes escondidas em construções suntuosas que não despertam a curiosidade dos cidadãos, principalmente devido aos fatores culturais de valorização da memória e do passado” (NEGREIROS; VASCONCELOS, 2009, p.80).

Inúmeras possibilidades de oferta de serviços de informação arquivística podem ser exploradas por meio da *web*. O intercâmbio de informações, entre os usuários em si e entre as demais instituições que trabalham com informação, deve ser valorizado. Neste sentido, podem ser criados serviços de atendimento dos usuários por e-mail, criação de fóruns sobre temas específicos, *blogs* e *wikis*. Mecanismos de buscas de documentos em bases de dados por intermédio de nomes, data, local e assunto; a disponibilização digital dos instrumentos descritivos; o acesso virtual aos documentos digitalizados são, igualmente, algumas das possibilidades de serviços exequíveis.

Todo serviço de informação arquivística – *in loco* ou virtual – deve ser centrado fundamentalmente no papel social dos arquivos, isto é, na perpetuação da memória e da identidade cultural, na busca pela transparência dos organismos públicos e pelo exercício da cidadania. Assim, seu principal objetivo é difundir o acervo a partir do enfoque das necessidades dos usuários, procurando responder as seguintes questões: “por que”, “para que”, “para quem” e “como” disponibilizar as informações.

Aqui cabe destacar que estamos falando de uma sociedade cujo bem maior passou a ser a informação, portanto, estamos concluindo que os usuários, ao longo do tempo, se modificaram. Ao passo que, os sistemas de informação onde estes estão inseridos não acompanharam rapidamente tais transformações. Segundo Ferreira (1995), somente a partir da década de 1960 os usuários passaram a constituir o eixo dos estudos relativos à comunicação. As abordagens anteriores a esse período, não consideravam que os usuários já traziam consigo o seu *background*, isto é, os seus próprios estoques de informação e suas próprias experiências. Ignoravam, por outro lado, que o conhecimento em si não é absoluto e que uma mesma informação pode não suprir as necessidades de usuários diferentes. Já as abordagens emergentes representam grande avanço, por serem centradas nos indivíduos, objetivam analisar as características únicas de cada usuário para se chegar às cognições comuns à maioria.

Em relação às necessidades informacionais dos usuários virtuais, pode-se dizer que devem ser objeto de maiores considerações por parte dos profissionais de informação. Miranda et al (2000) afirma que a *internet* coloca o indivíduo, o cidadão no centro não somente como receptor passivo, mas como agente ativo, livre para escolher e interagir com os conteúdos, tornando-o, ao mesmo tempo, produtor e intermediário destes.

Já Oliveira [2007] vai mais longe, ao afirmar que os usuários virtuais poderão, inclusive, interferir nas políticas de organização e descrição dos conjuntos documentais. A autora salienta a contribuição do arquivista de referência nesse processo, uma vez que este será o responsável pela elaboração de mecanismos de busca para a pesquisa remota. Para tanto, deverá tomar conhecimento das necessidades informacionais destes tipos de usuários.

Mas, afinal, quem são os usuários das instituições arquivísticas na *web*? Grande parte dos autores da área relata dificuldades na identificação dos perfis desses novos usuários. De modo geral, pode-se dizer que são indivíduos que navegam pela *internet*, ávidos por determinada informação e que, movidos pela curiosidade, chegam até aos *websites* arquivísticos. São usuários de distintas especialidades, com interesses múltiplos e que, por isso, produzem novas demandas de informação aos arquivos.

Neste sentido, deve-se ressaltar que os serviços de informação arquivística na *web* devem possibilitar a autonomia dos usuários, racionalizando seus recursos e esforços. Para tanto, canais de comunicação com os usuários devem ser criados de modo a permitir que sejam identificadas suas necessidades e expectativas, ademais de elaborar mecanismos que identifiquem o grau de satisfação destes com os serviços ofertados (SÁ, 2005).

O próximo capítulo é destinado a discorrer sobre a descrição arquivística, sua origem, desenvolvimento, o panorama da normalização da representação em arquivos, bem como a descrição digital, face à era tecnológica.

## **4 DESCRIÇÃO ARQUIVÍSTICA: GÊNESE, EVOLUÇÃO E NOVAS POSSIBILIDADES**

O procedimento de descrição é mencionado pela primeira vez na literatura arquivística na obra, datada de 1898, o “Manual de arranjo e descrição de arquivos” (ASSOCIAÇÃO

DOS ARQUIVISTAS HOLANDESES, 1973), considerada um marco teórico para a Arquivística. Nesta publicação, percebeu-se que não houve preocupação por parte dos autores com o conceito de descrição, estes enfatizam os procedimentos e as regras a serem seguidas para a elaboração dos instrumentos descritivos. O objetivo dos autores foi estabelecer um processo padrão que contemplasse o conjunto de documentos, opondo-se a prática ligada aos historiadores, que costumavam descrever em maior profundidade somente os documentos considerados importantes.

Além de se constituir ensaio inicial da padronização do procedimento descritivo, o manual fornece uma diretriz que é amplamente utilizada nos dias de hoje. Os autores holandeses argumentam que a descrição deve iniciar pelas séries e volumes documentais, para só então, chegar até aos documentos soltos, visando obter uma visão geral do arquivo. Esta regra nada mais é do que hoje se convencionou chamar de “descrição multinível”, ou seja, a descrição que integra os diferentes níveis de organização do arquivo, partindo do mais genérico (fundo) até ao mais específico (peça documental).

A valorização dos instrumentos resultantes do processo descritivo persistiu nas obras seguintes. Os estudiosos tendiam a enfatizar os produtos resultantes da descrição, sem retratar a descrição como procedimento. Duranti (1993) assinala que a primeira definição de descrição arquivística ocorreu apenas em 1974, pela *Society of American Archivists*<sup>2</sup> (SAA). No entanto, a partir da década de 90, os estudos concernentes à descrição ganharam espaço e, com isso, as definições para o termo também evoluíram. O conceito apresentado pela SAA (2002), por exemplo, define a descrição como a criação de uma representação exata dos materiais de arquivo, a fim de identificar e explicar o seu contexto e os sistemas de registros que os produziram. Ainda de acordo com a SAA, a principal finalidade da descrição é possibilitar o acesso aos documentos.

É importante destacar as disparidades de acepções envolvendo o início do procedimento descritivo. Para Belloto (2006), existe uma distinção clara das atividades desempenhadas nos arquivos correntes, intermediários e permanentes, sendo a descrição uma atividade típica dos arquivos da última fase, ou seja, dos arquivos permanentes. Lopes (1996), por sua vez, destaca que a descrição inicia no processo de classificação, continua durante a avaliação e se aprofunda na elaboração de instrumentos de busca mais específicos, sendo difícil separar a descrição das demais atividades fundamentais da arquivística.

---

<sup>2</sup> “Sociedade Americana de Arquivistas”.

Um ponto a destacar é o papel relevante que os instrumentos de descrição conferem à representação arquivística. Rodrigues (2003) considera-os como responsáveis pela mediação entre as informações contidas nos documentos e os usuários, sendo instrumentos de acesso auto-explicativos. Para Sá (2005), os instrumentos descritivos são o primeiro contato do usuário com o arquivo, permitindo um acesso indireto que antecede a consulta, portanto, funcionam como uma primeira aproximação com o acervo da instituição.

No final da década de 1980, ocorreu, o que se considerou o grande salto de qualidade no tocante ao procedimento descritivo: a comunidade arquivística, representada pelo Conselho Internacional de Arquivos (CIA), reuniu-se para promover a criação de uma norma descritiva internacional, a fim de padronizar a descrição de documentos. Segundo Rodrigues (2003), foi somente após a criação do Comitê de Normas de Descrição pelo CIA, em 1989, que a representação das informações arquivísticas, tendo em vista o controle e o acesso, passou a ser efetivamente encarada como uma das etapas essenciais do trabalho arquivístico.

O processo de discussão em torno da normalização da descrição foi desencadeado em função do impacto das tecnologias, em especial, as relacionadas à computação, que possibilitavam, entre outros recursos, o intercâmbio de informações entre as instituições (HAGEN, 1998). Além disso, houve a percepção das vantagens alcançadas pelas bibliotecas, que passaram a ter procedimentos técnicos padronizados.

Para Rodrigues (2003), a publicação, em 1994, da Norma Geral Internacional de Descrição Arquivística – ISAD (G), que estabelece diretrizes gerais para a preparação de descrições arquivísticas, foi fruto da necessidade da inserção do objeto de estudo da arquivística – a informação orgânica registrada – em um mundo globalizado, possibilitando o intercâmbio de informações nacional e internacionalmente. O pensamento da autora é compartilhado por Bellotto (2006), a qual afirma que a normalização da descrição arquivística poderá se tornar universal e terá condições de ser feita facilmente, de modo informatizado e uniforme.

Fox (2007) ao destacar as vantagens da padronização, explicita as dificuldades que os usuários têm para compreender os instrumentos descritivos, quando cada arquivo decide, de forma individual, como descrever o seu acervo. Para o autor, a normalização, por outro lado, tem o papel de tornar o trabalho arquivístico mais eficiente, ademais de ser um dos parâmetros para identificar o grau de conhecimento e capacidade de uma profissão. “Normalização é sobre consistência, não uniformidade” (FOX, 2007, p.30).

Contudo, a normalização da descrição vem esbarrando nas dificuldades de compreensão de uso das normas descritivas, conforme aponta Indolfo (2008). Leão (2006), por sua vez, aborda outras justificativas para a resistência ao uso de normas no cenário arquivístico, a saber: o caráter único dos arquivos; a influência do usuário/pesquisador; a existência de diferentes realidades históricas, culturais, de formação, de organização e de funcionamento; o isolamento e a independência dos arquivistas e a carência de recursos.

Muito embora o universo da normalização seja ainda alvo de controvérsias na área, o surgimento da norma ISAD (G) foi seguido pela publicação, pelo CIA, de outras importantes normas referentes à descrição, complementares à ISAD (G). Neste sentido, em âmbito internacional, foram elaboradas as seguintes normas: a Norma de Registro de Autoridade Arquivística para Entidades Coletivas, Pessoas e Famílias – ISAAR (CPF), que fornece diretrizes para a preparação de registros de autoridade arquivística que favoreçam as descrições de entidades relacionadas à produção e à manutenção de arquivos; a Norma Internacional para Descrição de Funções (ISDF), a qual dá instruções para a preparação de descrições de funções, visto que a análise das funções de entidades é base para muitas das atividades de tratamento documental; além da Norma Internacional para Descrição de Instituições com Acervo Arquivístico (ISDIAH), que determina o tipo de informação que pode ser incluída em descrições de instituições com acervo arquivístico, e o SEPIA *Data Element Sets*<sup>3</sup> (SEPIADES) criado, pelo grupo de trabalho *Safeguarding European Photographic Images for Access*<sup>4</sup> (SEPIA), com a finalidade de descrever coleções fotográficas.

Já no cenário nacional, tem-se a Norma Brasileira de Descrição Arquivística (NOBRADE), que estabelece diretivas para a descrição no Brasil de documentos arquivísticos, sendo compatível com as normas internacionais. Publicada oficialmente em 2006, pela Câmara Técnica de Normalização da Descrição Arquivística (CTNDA), órgão vinculado ao Conselho Nacional de Arquivos (CONARQ), a NOBRADE estabelece diretivas para a descrição no Brasil de documentos arquivísticos, compatíveis com as normas internacionais em vigor ISAD (G) e ISAAR (CPF). Tem por objetivo estruturar a informação a partir de elementos de descrição comuns, buscando interferir minimamente na forma final em que as descrições são apresentadas. Pode ser utilizada em ambientes automatizados ou não, embora suas vantagens de uso sejam potencializadas em meio digital. Embora reconheça

<sup>3</sup> Em tradução livre: “SEPIA Conjunto de Elementos de Dados”.

<sup>4</sup> Em tradução livre: “Salvaguarda Européia de Imagens Fotográficas para Acesso”.

ser insuficiente para o intercâmbio nacional ou internacional de dados, a norma considera-se requisito fundamental para este intento.

Apesar de estar centrada nos pressupostos básicos da norma ISAD (G) – como a descrição multinível e o Princípio de Respeito aos Fundos -, a NOBRADE apresenta algumas peculiaridades, próprias de uma norma nacional, cujo objetivo maior foi adequar os padrões internacionais à realidade brasileira.

Sendo assim, a NOBRADE contempla seis níveis de descrição, um a mais do que a ISAD (G), além de níveis intermediários, outro aspecto novo. A inclusão do nível 0, se refere à entidade custodiadora; o nível 0,5, cabe quando a entidade custodiadora dispõe de subunidades administrativas que custodiam e propiciam acesso a acervos em diferentes endereços. Além disso, a norma brasileira prevê a existência de oito áreas de informação, compreendendo vinte e oito elementos de descrição. Em relação à ISAD (G), possui uma área e dois elementos adicionais. A nova área se refere à “Área de pontos de acesso e descrição de assuntos”, destinada a registrar os termos selecionados para localização e recuperação da unidade de descrição. Já os elementos de descrição adicionais (6.1 e 8.1), se referem ao estado de conservação da unidade de descrição e à indicação de pontos de acesso e indexação de assuntos, respectivamente. Dos vinte e oito elementos de descrição existentes, sete são considerados obrigatórios, a saber: código de referência, título, data(s), nível de descrição, dimensão e suporte, nome(s) do(s) produtor(es) e condições de acesso. Destes sete elementos, os seis primeiros já eram considerados obrigatórios pela ISAD (G), e a inclusão do elemento “condições de acesso” se tornou obrigatório apenas para descrições em níveis 0 e 1.

Pode-se afirmar que a padronização da representação em arquivos, juntamente com a propagação das ferramentas tecnológicas, gerou uma série de perspectivas para a área descritiva. Contudo, a criação de instrumentos descritivos, a partir da aplicação de normas, é apenas o primeiro passo no que se refere à maximização do acesso aos documentos arquivísticos, face à sociedade da informação. O que se pretende é fazer uso das ferramentas de TIC's nos arquivos, criando serviços de informação arquivística na *web*, que possibilitem, aos usuários, o acesso remoto as suas bases de dados.

Neste sentido, a criação de instrumentos descritivos em meio digital deve ser considerado um avanço, visto que possibilita a implementação de colaboração técnica entre as instituições arquivísticas e uma maior visibilidade social aos arquivos. Sob este viés, Andrade (2010) argumenta que:

Os tradicionais instrumentos arquivísticos de referência coexistiram em suportes materiais que condicionavam seus formatos, porém, com a possibilidade de serem desenvolvidos em um ambiente de rede, a internet, os seus limites foram expandidos. Não há razão para que os formatos conhecidos até então sejam apenas reproduzidos em tal ambiente, que carrega em si uma carga de *possibilidades*, cujo ponto central é a participação dos usuários. (ANDRADE, 2010, p.40, grifo do autor)

Deste modo, a simples migração dos instrumentos descritivos analógicos para os ambientes digitais deve ser evitada. Por outro lado, instituições arquivísticas que utilizam sistemas diversificados e incompatíveis eletronicamente para disponibilizar seus instrumentos de descrição na *web*, comprometem a consolidação do intercâmbio de dados e o próprio acesso às informações arquivísticas, tendo em vista a questão da interoperabilidade.

Sobre a problemática da incompatibilidade entre os sistemas utilizados para descrever os arquivos, Fox (2007) observa que esta pode ocorrer sob duas formas: no nível de informação, quando cada instituição adota um modelo variável de conteúdo e de estrutura da descrição documental; e no nível técnico, quando os sistemas computacionais e suas aplicações fazem uso de tecnologias diferentes e inconciliáveis que dificultam, e muitas vezes, impossibilitam a troca de dados.

Possíveis soluções para as questões apontadas estão centradas na adoção de normas nacionais e internacionais para a estrutura e o conteúdo da informação arquivística e na aplicação do conjunto de formatos surgidos em meio ao mundo da *eXtensible Markup Language* (XML)<sup>5</sup> e que permitem o armazenamento, a indexação, a transmissão e a apresentação de dados em ambientes computacionais diversos. A XML é um padrão aberto, de domínio público, independente de *hardware* e *software*, que possibilita ao editor do documento a definição de suas próprias marcas, o que confere a este definições semânticas, permitindo que o documento em questão tenha melhores e maiores possibilidades de recuperação e disseminação. Este é o grande diferencial da XML em relação aos demais formatos, pois não existem elementos e marcas pré-definidas, o que faz com que o editor tenha a liberdade para utilizar desde atributos mais simples até padrões mais complexos.

Neste sentido, para Fox (2001 apud DI MAMBRO, RIBEIRO, 2009, p.93), as normas arquivísticas de descrição são consideradas padrões de estrutura de dados, na medida em que definem “o que se pode dizer” a respeito de um conjunto arquivístico, já os formatos baseados

---

<sup>5</sup> Em tradução livre, “Linguagem de Marcação Extensível”. Entende-se por linguagem de marcação, um conjunto de convenções utilizadas para a codificação digital de textos, que deve especificar que marcas são permitidas, quais são exigidas, como se deve fazer distinção entre as marcas e o texto e qual o significado da marcação.

na linguagem XML correspondem a padrões de comunicação, visto que possibilitam o compartilhamento de dados entre as instituições.

Aqui cabe definir a função que os metadados exercem no contexto da representação digital de arquivos. O e-ARQ Brasil define metadados como “dados estruturados que descrevem e permitem encontrar, gerenciar, compreender e/ou preservar documentos arquivísticos ao longo do tempo” (CONARQ, 2011, p.129). Para Marcondes (2006), os metadados são um conjunto estruturado de dados, que associados a recursos *web*, permitem a descrição, manipulação, gerenciamento, avaliação do nível de relevância e a recuperação dos documentos. Em outras palavras, os metadados fornecem os dados dos documentos de forma estruturada, respeitando os elos entre o conteúdo da informação e o seu contexto de produção, preservando suas relações com o organismo que os produziu, sendo essenciais para o processo de descrição em acervos.

Assim, para atender aos problemas suscitados pela ausência de padronização no armazenamento e recuperação de informações na *web* emergiram os padrões de metadados – também chamados esquemas – que servem para suprir as necessidades específicas de uma determinada comunidade. Isso quer dizer que a definição de padrões de metadados é feita por um grupo de especialistas que detêm o conhecimento sobre um determinado tipo de acervo (MÁRDERO ARELLANO, [2007]). Assim, o padrão de metadados Descrição Arquivística Codificada – Definição do Tipo de Documento (EAD-DTD)<sup>6</sup> surgiu para atender aos interesses da comunidade arquivística no que diz respeito à codificação das descrições arquivísticas em meio digital.

A EAD-DTD é definida como uma estrutura normalizada de dados que reproduz, em formato digital, os instrumentos de descrição arquivística (PEIS REDONDO; RUIZ-RODRÍGUEZ, 2004). Trata-se, portanto, de um padrão de metadados que atribui significado às descrições arquivísticas digitais, tornando-as legíveis pelos sistemas computacionais. Baseada na norma ISAD (G), contempla a estrutura hierárquica da descrição multinível, dispondo dos mesmos elementos e princípios de aplicação.

A EAD teve início em 1993, a partir de um projeto da Biblioteca da Universidade de Berkeley, na Califórnia – Estados Unidos, sendo que após foi cedida à SAA, a fim de que o desenvolvimento da norma tivesse sequência e conquistasse a aceitação da comunidade arquivística norte-americana. Em agosto de 1998, a versão 1.0 da EAD foi lançada, sendo construída em conformidade com as tecnologias SGML e XML. Já em 2002 foi lançada a

---

<sup>6</sup> *Encoded Archival Description – Document Type Definition.*

versão 2.0, baseada no padrão XML, emergente naquele momento, mas também compatível com a linguagem SGML, e que contou com algumas modificações significativas em relação a sua versão anterior. Por se tratar de um padrão baseado na norma ISAD (G), esta nova versão implementou as mudanças trazidas pela segunda edição da norma internacional de descrição. Além disso, houve a exclusão de algumas etiquetas e a inclusão de novos elementos e atributos. Atualmente, é composta por cento e quarenta e seis etiquetas, as quais podem apresentar atributos, sendo estes os responsáveis pela qualificação dos elementos contidos nestas.

Silva (2003) especifica as principais vantagens do uso da EAD, a saber: o desenvolvimento de descrições arquivísticas em ambientes seguros, pois independe de *hardware* e *software*; o acesso remoto às informações descritivas; a maximização da disponibilização dos instrumentos descritivos; o comum entendimento de termos arquivísticos, tanto por parte de profissionais da área, quanto de pesquisadores e da comunidade em geral; e a possibilidade de unificação das descrições de acervos em um mesmo repositório, a partir de uma base de dados única – as redes de arquivo.

No que concerne a sua estrutura, a EAD é constituída por três segmentos: o <eadheader>, que traz informações referentes ao processo de elaboração e uso do instrumento descritivo; o <frontmatter>, que apresenta informações sobre o aspecto visual ou a publicação formal dos metadados; e o <archdesc>, que dispõe sobre as informações descritivas do acervo. Para ser considerado um documento EAD válido, o instrumento descritivo codificado deverá conter, em sua estrutura, os segmentos <eadheader> e <frontmatter>.

De acordo com Peis Redondo e Ruiz-Rodríguez (2004), os principais componentes informativos que integram o modelo EAD podem ser representados por meio de uma estrutura em formato de árvore, a qual demonstra claramente as relações hierárquicas entre seus elementos.

Tendo em vista o caso das instituições arquivísticas brasileiras, estas podem adotar a NOBRADE como a norma responsável pela padronização dos instrumentos descritivos e o formato de metadados EAD-DTD como o padrão de comunicação que permite o intercâmbio eficiente de dados sobre documentos (DI MAMBRO, RIBEIRO, 2009). A análise do repertório de etiquetas da EAD-DTD permite inferir que estas são compatíveis com os elementos da ISAD (G) e mesmo da NOBRADE, visto que a norma brasileira de descrição segue os princípios e regras da norma internacional. Em nota de rodapé, a NOBRADE afirma

que a adoção de um formato comum é imprescindível para o intercâmbio de dados e cita, como exemplo de formato a ser utilizado, o padrão EAD-DTD.

Como argumenta Silva (2003), é preciso que as instituições de arquivo façam uso do padrão EAD-DTD para comprovar se a descrição digital, a partir deste formato, é de fato eficaz. Esta afirmativa vai ao encontro da opinião de Andrade (2007), que apresenta, em artigo, as possibilidades de uso da NOBRADE e da EAD-DTD.

A partir da análise da EAD, pode-se inferir que os profissionais de arquivo poderão encontrar algumas dificuldades iniciais no que concerne à utilização da tecnologia XML e na compreensão geral da norma, que se encontra no idioma inglês. Apesar disto, o uso da EAD é aconselhável e os profissionais devem conhecê-la e aproximarem-se da linguagem XML, a fim de melhor intervir no processo de representação digital dos seus conjuntos arquivísticos (PEIS REDONDO; RUIZ-RODRÍGUEZ, 2004).

Cabe salientar que a possibilidade de normalização e compartilhamento *online* dos produtos das descrições arquivísticas abriu caminhos para a consecução das chamadas redes de arquivos. Estas se tratam de conjuntos integrados de representações digitais de acervos, oriundos de múltiplas instituições de arquivos, que conectados por meio de uma mesma base de dados, permitem o acesso universal às descrições. Silva (2003, p.52) considera esta perspectiva possível “a partir da união de bases de dados com as descrições arquivísticas realizadas pelo mundo, originando um repositório internacional, que permita a descoberta ou a localização de materiais arquivísticos em qualquer lugar do planeta e a qualquer hora”.

A construção de uma rede de arquivos pode parecer, à primeira vista, uma iniciativa bastante audaciosa tendo em vista a ausência de investimentos em recursos humanos e financeiros enfrentados pelas instituições arquivísticas do mundo todo. Sobre esta questão, Real (2004), em artigo que aborda a efetivação da Rede de Arquivos de Portugal, argumenta que o desenvolvimento de um sistema nacional e transnacional de arquivos é um processo longo e de permanente construção, cujos benefícios se tornam exponenciais, de modo proporcional, à percentagem de recursos exigíveis à entidade responsável por sua regulação. O autor afirma que a existência de custos repartidos entre as entidades que fazem parte da rede, bem como a maior abertura e agilidade dos meios, criam uma dinâmica própria, de alcance mais eficiente em relação a um sistema fechado e um ambiente de estímulo à criatividade e à inovação, fruto das próprias características de relacionamentos das partes – as instituições arquivísticas – com o todo – o sistema, ou seja, a própria rede.

De fato, a perspectiva da criação de redes de arquivos representa um grande avanço para a comunidade arquivística, configurando maiores e melhores possibilidades de acesso às informações de arquivos. Todavia, faz-se necessário destacar que a disponibilização digital de instrumentos descritivos padronizados, com alto grau de qualidade, já garante, por si só, uma grande conquista para os profissionais que atuam em arquivos e os usuários destas instituições.

Em síntese, pode-se afirmar que a disponibilização digital de instrumentos de descrição arquivística perpassa por dois aspectos considerados fundamentais: a sua padronização, a qual se dá por meio da utilização de normas de descrição, como a NOBRADE, e a sua codificação para formatos legíveis por computadores, que pode ser viabilizada por meio do uso do padrão de metadados EAD-DTD. No entanto, a disponibilização na *web* destas representações digitais apenas é efetivada a partir da utilização de *softwares* específicos para descrição arquivística.

O mais conhecido e utilizado entre estes, atualmente, é o *software* livre ICA-AtoM, resultado de um esforço coletivo entre o CIA e alguns parceiros e patrocinadores, tais como: a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e Cultura (UNESCO), a Escola de Arquivos de Amsterdam, o Banco Mundial, a Direção dos Arquivos da França e o Centro de Documentação dos Emirados Árabes Unidos. Trata-se de um *software* aplicativo distribuído gratuitamente, com código aberto e disponível para a comunidade internacional. Por se tratar de um *software* livre, contempla liberdades para execução, adaptação, pesquisa, aperfeiçoamento e redistribuição de cópias.

Van Garderen (2009), principal desenvolvedor do ICA-AtoM, define suas principais características: a possibilidade de disponibilização *online* de instrumentos de descrição; o gerenciamento das descrições arquivísticas conforme as normas e padrões do CIA; o fornecimento de interfaces multilíngues; o suporte a vários tipos de coleção; é totalmente baseado na *web*, seguindo as melhores práticas de acessibilidade; é flexível e personalizável; pode ser utilizado em instituições arquivísticas de pequeno e grande porte; e suporta desde implementações simples às mais complexas, podendo ser utilizado como um multi-repositório.

O ICA-AtoM é compatível, desde sua primeira versão, com as normas ISAD (G), ISAAR (CPF) e ISDIAH. Foi adaptado à NOBRADE, em sua versão 1.0.1 beta, em julho de 2008, visto que a norma brasileira apresenta elementos adicionais que a norma ISAD (G) não

contempla. Além disso, a partir da versão 1.0.5 beta, de março de 2009, passou a ter capacidade para importação e exportação completa das descrições arquivísticas usando o padrão de metadados EAD-DTD. No entanto, salienta-se que o ICA-AtoM foi desenvolvido para ser suficientemente flexível para suportar outras normas de descrição. Sua última versão, a 1.2, inclui uma série de novas funcionalidades e recursos, tais como: a criação do módulo de adesão, da pesquisa avançada, da pesquisa global e da substituição de descrições, entre outros.

A seguir, apresenta-se a Conclusão deste trabalho.

## 5 CONCLUSÃO

Este artigo procurou explorar as novas perspectivas geradas às instituições arquivísticas frente às ferramentas tecnológicas, especialmente às relacionadas à descrição em arquivos.

Verificou-se que os espaços informacionais virtuais são recursos a serem utilizados pelos arquivos na divulgação de seus acervos, possibilitando a ampliação de usuários, desencadeando a diversificação de serviços e metodologias, além de exigir a constante qualificação profissional dos arquivistas. Verificou-se que as possibilidades de ofertas de serviços de informação arquivística, por meio de *websites*, são variadas, contudo é preciso ultrapassar a barreira do lugar-comum no que se refere à criação de ambientes virtuais de informação. Isto significa que as instituições arquivísticas devem proporcionar experiências de construção e compartilhamento de conteúdos aos usuários, tendo em vista que estes, como produtos da sociedade da informação, não se contentam apenas em “consumir” informações, mas também almejam interagir e participar dos processos informacionais.

Neste sentido, foram apresentadas, algumas possibilidades, não esgotadas, que a área de descrição em arquivos vem apresentando nos últimos anos. São perspectivas que, se adotadas, podem proporcionar uma maior visibilidade às instituições arquivísticas e um maior alcance em termos de usuários. Sabe-se, no entanto, que os arquivos enfrentam diversos problemas relacionados à ausência de recursos financeiros e humanos que podem dificultar ou impedir que iniciativas de padronização e disponibilização digital de representação de acervos ocorram. Contudo, apesar destes desafios, cabe ao profissional arquivista se tornar ciente e incentivar o uso de normas, padrões e ferramentas tecnológicas, em especial às relacionadas à *web*, para a pretendida universalização do acesso aos arquivos.

Considerando-se as instituições arquivísticas brasileiras, o trabalho buscou apontar possíveis soluções para as questões referentes à normalização e à codificação dos instrumentos descritivos. A NOBRADE foi apresentada como a norma brasileira que pode ser utilizada na padronização dos instrumentos de descrição, visto que se trata de uma norma adaptada à realidade arquivística nacional, porém alinhada aos princípios e pressupostos da ISAD (G).

Já para a viabilização da representação digital de acervos, foi indicada a utilização do padrão de metadados EAD-DTD. Baseada na linguagem XML, a EAD permite o armazenamento, a indexação, a transmissão e a apresentação de dados em sistemas computacionais diversos, preservando a estrutura e garantindo a semântica das informações representadas. Igualmente, a pesquisa verificou que a disponibilização na *web* dos instrumentos descritivos, perpassa ainda pela criação ou adoção de *softwares*, como o ICA-AtoM. A criação das redes de arquivos foi também abordada como uma perspectiva passível de ser implementada, permitindo acessos remotos, integrados e simultâneos às descrições de variadas entidades arquivísticas, por meio de uma mesma base de dados.

Assim, como constatação geral deste trabalho tem-se que a padronização e a codificação digital dos produtos das descrições arquivísticas permitem a criação e a manutenção de instrumentos com alto padrão de qualidade, sendo estes simultaneamente acessíveis e preserváveis ao longo do tempo, ademais de evidenciarem os arquivos como elementos primordiais no exercício da cidadania e da memória social.

## REFERÊNCIAS

ANDRADE, R.S. Aspectos introdutórios da representação de informação arquivística: a Norma Brasileira de Descrição Arquivística (NOBRADE), a Descrição Arquivística Codificada (EAD-DTD) e o Projeto Archives Hub. **Ponto de Acesso**, Salvador, v.1, n.2, jul./dez. 2007. Disponível em: <  
<http://www.portalseer.ufba.br/index.php/revistaici/article/view/1589> >. Acesso em: 10 set. 2009.

\_\_\_\_\_. **Uma nova geração de instrumentos arquivísticos de referência na web**: novas possibilidades para as instituições arquivísticas públicas brasileiras. 2010. 87f. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) – Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2010.

ASSOCIAÇÃO DOS ARQUIVISTAS HOLANDESES. **Manual de arranjo e descrição de arquivos**. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1973.

BELLOTTO, H. L. **Arquivos permanentes**: tratamento documental. 4. ed. Rio de Janeiro: FGV, 2006.

CONSELHO NACIONAL DE ARQUIVOS. **e-ARQ Brasil**: Modelo de requisitos para sistemas informatizados de gestão arquivística de documentos. Versão 1.1. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2011. 136 p.

\_\_\_\_\_. **ISAAR (CPF)**: Norma Internacional de Autoridade Arquivística para Entidades Coletivas, Pessoas e Famílias. 2. ed. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2004. 99 p.

\_\_\_\_\_. **ISAD(G)**: Norma Geral Internacional de Descrição Arquivística. 2. ed. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2001. 119 p.

\_\_\_\_\_. **ISDF**: Norma Internacional para Descrição de Funções. 1. ed. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2007. 76 p.

\_\_\_\_\_. **ISDIAH**: Norma Internacional para Descrição de Instituições com Acervo Arquivístico. 1. ed. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2008. 88 p.

\_\_\_\_\_. **NOBRADE**: Norma Brasileira de Descrição Arquivística. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2006. 124 p.

DI MAMBRO, G.; RIBEIRO, J.G. Como integrar sítios de instituições arquivísticas num contexto de baixa padronização de suas descrições? In: ENCONTRO DE BASES DE DADOS SOBRE INFORMAÇÕES ARQUIVÍSTICAS, 3., 2009, Rio de Janeiro. **Anais...** Rio de Janeiro: Associação dos Arquivistas Brasileiros, 2009. p. 92-96.

DURANTI, L. Origin and development of the concept of archival description. **Archivaria**, n.35, p.47-54, 1993. Disponível em: <  
<http://journals.sfu.ca/archivar/index.php/archivaria/article/viewFile/11884/12837> >. Acesso em: 15 out. 2009.

EUROPEAN COMMISSION ON PRESERVATION AND ACCESS. **SEPIADES**: recommendations for cataloguing photographic collections. Amsterdam: Royal Netherlands Academy of Art and Sciences, 2003. 248f.

FERREIRA, S.M.S.P.F. Novos paradigmas e novos usuários de informação. **Ciência da Informação**, Brasília, v.25, n.2, 1995. Disponível em: <  
<http://www.southernct.edu/~brownm/eCV/ISI/Sueli.pdf>>. Acesso em: 15 jul. 2010.

FOX, M. Por que precisamos de normas. **Acervo: revista do Arquivo Nacional**, Rio de Janeiro, v.20, n.1-2, jan./dez. 2007.

HAGEN, A. M. M. Algumas considerações a partir do processo de padronização da descrição arquivística. **Ciência da Informação**, Brasília, v.27, n.3, 1998. Disponível em: <  
<http://www.scielo.br/pdf/ci/v27n3/27n3a07.pdf>>. Acesso em: 22 set. 2009.

INDOLFO, A.C. Normas e políticas públicas arquivísticas: uma abordagem conceitual. In: CONGRESSO NACIONAL DE ARQUIVOLOGIA, 3., 2008, Rio de Janeiro. **Anais...**Rio de Janeiro: Executiva Nacional das Associações Regionais de Arquivologia, 2008.

JARDIM, J.M. O acesso à informação arquivística no Brasil: problemas de acessibilidade e disseminação. In: MESA REDONDA NACIONAL DE ARQUIVOS. **Anais...**Rio de Janeiro: CONARQ, 1999. Disponível em: <  
[http://www.conarq.arquivonacional.gov.br/Media/publicacoes/ Mesa/o\\_ acesso\\_informao\\_arquivistica\\_no\\_brasil.pdf](http://www.conarq.arquivonacional.gov.br/Media/publicacoes/ Mesa/o_ acesso_informao_arquivistica_no_brasil.pdf)>. Acesso em: 23 mai. 2010.

LEÃO, F. C. **A representação da informação arquivística permanente**: a normalização descritiva e a ISAD(G). 2006. 81f. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação e Documentação) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2006.

LOPES, L. C. **A imagem e a sombra da Arquivística**. Rio de Janeiro: Arquivo Público do Estado do RJ, 1996.

MARCONDES, C.H. Metadados: descrição e recuperação de informações na web. In: MARCONDES, C.H. et al (Org). **Bibliotecas digitais: saberes e práticas**. 2ed. Salvador: EDUFBA; Brasília: IBICT, 2006. cap.2, p.95-111.

MÁRDERO ARELLANO, M.A. **Metadados**: dados a respeito de dados. [2007]. 33 diapositivos, color.

MIRANDA, A.L.C. de et al. Os conteúdos e a sociedade da informação no Brasil. **Datagramazero**, Rio de Janeiro, v.1, n.5, out. 2000. Disponível em: <  
[http://www.dgz.org.br/out00/Art\\_03.htm](http://www.dgz.org.br/out00/Art_03.htm)>. Acesso em: 19 ago. 2010.

NEGREIROS, L.R.; VASCONCELOS, A. Um homem bateu em minha porta e eu abri (?): uma avaliação dos serviços de referência e da acessibilidade dos *sites* de instituições públicas arquivísticas. In: ENCONTRO DE BASES DE DADOS SOBRE INFORMAÇÕES

ARQUIVÍSTICAS, 3., 2009, Rio de Janeiro. **Anais...** Rio de Janeiro: Associação dos Arquivistas Brasileiros, 2009. p. 80-91.

OLIVEIRA, L.M.V. de. O usuário e o uso da informação arquivística na web. In: [CONGRESSO de Arquivologia do Mercosul, 7., Viña Del Mar: Associação dos Arquivistas do Chile, 2007]. Disponível em: < <http://www.asocarchi.cl/DOCS/88.PDF> >. Acesso em: 10 mar. 2010.

PEIS REDONDO, E; RUIZ-RODRÍGUEZ, A.A. EAD (Encoded Archival Description): Desarrollo, estructura, uso y aplicaciones. **Hipertext.net**, Barcelona, n.2, 2004. Disponível em: < <http://www.upf.edu/hipertextnet/numero-2/ead.html> >. Acesso em: 20 set. 2011.

REAL, M.L. A rede nacional de arquivos: um desafio no século XXI. **Cadernos BAD**, Lisboa, n.1, 2004. Disponível em: < <http://www.apbad.pt/CadernosBAD/Caderno12004/Figueiredo.pdf> >. Acesso em: 01 set. 2009.

RODRIGUES, G.M. A representação da informação em arquivística: uma abordagem a partir da perspectiva da Norma Internacional de Descrição Arquivística. In: RODRIGUES, G.M.; LOPES, I.L. (Org.). **Organização e representação do conhecimento na perspectiva da Ciência da Informação**. Brasília: Thesaurus, 2003. p. 210-230.

SÁ, I.P. de. **A face oculta da interface**: serviços de informação arquivística na web centrados no usuário. 2005. 117f. Dissertação (Mestrado Profissional em Gestão da Informação e da Comunicação em Saúde) – Fundação Oswaldo Cruz, Rio de Janeiro, 2005.

SILVA, R.C.P. **A divulgação de informações na internet e a normalização da descrição arquivística**. 2003. 73f. Monografia (Especialização em Computação) – Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2003.

SOCIETY OF AMERICAN ARCHIVISTS. Statement of Principles for the CUSTARD Project. Disponível em: < <http://www.archivists.org/news/custardproject.asp> >. Acesso em: 13 set. 2009.

\_\_\_\_\_. **Encoded Archival Description (EAD-DTD)**. Chicago, 2002. Disponível em: < <http://www.loc.gov/ead/ead2002a.html> >. Acesso em: 08 ago. 2011.

TOGNETTI, M. A. R. **Metodologia da Pesquisa Científica**. Instituto de Física de São Carlos, 2006. Disponível em: < [http://sbiweb.if.sc.usp.br/metodologia\\_pesquisa\\_cientifica.pdf](http://sbiweb.if.sc.usp.br/metodologia_pesquisa_cientifica.pdf) >. Acesso em: 28 out. 2009.

VAN GARDEREN, P. The ICA-AtoM project and technology. In: ENCONTRO DE BASES DE DADOS SOBRE INFORMAÇÕES ARQUIVÍSTICAS, 3., 2009, Rio de Janeiro. **Anais...** Rio de Janeiro: Associação dos Arquivistas Brasileiros, 2009. p. 80-91.